

Governo fará moratória se não receber empréstimos

BETH CATALDO

BRASÍLIA — Os bancos credores privados foram informados pelo Governo brasileiro de que o País não terá condições de fazer pagamentos regulares da dívida externa nos próximos meses, se não ocorrerem os desembolsos dos recursos novos referentes ainda ao ano passado. O Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, que retornou a Brasília após contatos com o comitê dos bancos credores em Washington, deixou claro, em entrevista coletiva concedida ontem, que o País poderá voltar a declarar moratória dos juros da dívida, a curto prazo.

O Ministério da Fazenda e o Banco Central contavam com o ingresso de pelo menos US\$ 1,1 bilhão em recursos externos novos para o País, até o final de dezembro último, o que não se confirmou. Os recursos são referentes ao desembolso de US\$ 600 milhões dos bancos credores privados, às parcelas de US\$ 250 milhões do empréstimo em negociação com o Banco Mundial (Bird) para o setor elétrico, e mais US\$ 250 milhões do co-financiamento do governo japonês.

O bloqueio dos desembolsos surgiu a partir da recusa do Bird de aprovar o programa do setor elétrico brasileiro, à cuja aprovação estava condicionada a liberação das demais parcelas dos recursos. O Secretário Geral do Ministério do Planejamento, Ricardo Santiago, está em Washington na tentativa de superar as resistências do Bird para aprovar o empréstimo, surgidas em função da incorporação do Programa Nuclear pela Eletrobras.

O Ministro Mailson da Nóbrega,

Nogueira Batista: credor não coopera

Não se deve permitir que as reservas internacionais caiam além do equivalente a três meses de importações, hoje em torno de US\$ 4 bilhões, garantiu o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, Chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, para quem a moratória convém quando o nível das reservas internacionais está ameaçado.

Ele ressaltou que a moratória não resolve o problema da dívida externa, mas é um meio de superar a resistência à cooperação dos credores e de proteger as reservas internacionais do País.

— É claro que pode haver uma mudança de postura dos bancos credores na administração de George Bush, mas mesmo assim, se as reservas estiverem ameaçadas, a decretação da moratória é uma medida conveniente — disse.

O fato de o Brasil não ter experimentado a esperada melhora de suas reservas internacionais, que estariam entre US\$ 4,5 bilhões e US\$ 5,5 bilhões, apesar do superávit brasileiro de 1988, de US\$ 19,03 bilhões, pode ser explicado por uma eventual discrepância com o que efetivamente há em caixa, segundo o economista.

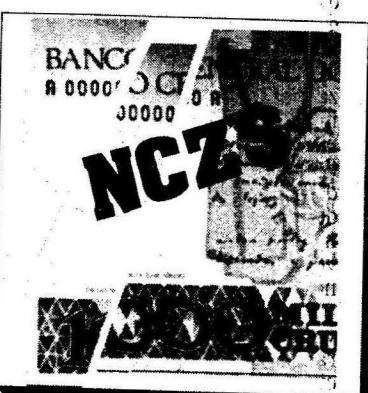


Mailson (à esquerda) e Amaral: sem condições de pagar regularmente

que também participou da entrevista coletiva concedida no Ministério da Fazenda, admitiu que o atraso no pagamento de uma parcela de juros de US\$ 500 milhões devida aos credores privados provocou um certo nervosismo na comunidade financeira internacional. Mailson tomou a iniciativa de contatar alguns dos

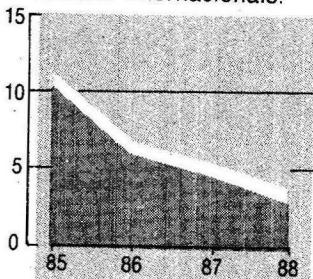
principais bancos credores do País para garantir-lhes a remessa dos recursos na próxima semana.

Sérgio Amaral reconheceu que os bancos credores manifestaram descontentamento em relação à decisão do Governo brasileiro de suspender as operações de relending por um ano e de restringir os leilões de con-



Reservas

O Brasil fechou o ano de 1988 com US\$ 4,5 bilhões em reservas internacionais.



versão da dívida em investimentos. O descumprimento da cláusula do relending (reemprestimo de recursos depositados no Banco Central) prevista no acordo com os bancos privados deverá implicar, segundo o Secretário, a necessidade de um pedido de waiver (dispensa) por parte do Governo brasileiro.